

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	21
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO.

5.1. DESCRIÇÃO, QUANTITATIVA E QUALITATIVA, DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS

Em 2012 a empresa manteve estrutura financeira desalavancada e sem compromissos que representem riscos cambiais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado
5.2 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO**5.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO ADOTADA PELA COMPANHIA, SEUS OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS:**

- a. riscos para os quais se busca proteção
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
- e. se a Empresa opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicáveis à Empresa no exercício 2012.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE ESTAMOS EXPOSTOS OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.

Não aplicáveis à Empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAMOS RELEVANTES

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5.4".

10. Comentários dos diretores / 10.1. Condições financeiras/patrimoniais

10.1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

- **Estrutura patrimonial**

No encerramento do exercício de 2012, ficam evidentes as expressivas variações ocorridas na estrutura patrimonial da Empresa.

A evolução do Ativo Total, que representa o conjunto de bens e direitos à disposição da Sociedade apresentou evolução da ordem de 9,8% em 2012.

Essa evolução decorre da entrada de novos recursos do acionista controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se, no entanto, que enquanto os itens do ativo não circulante apresentaram evolução da ordem de 77,4% o ativo circulante apresentou decréscimo de 8,9% refletindo a transferência de recursos desse grupo para o grupo do imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 174,4% no exercício.

Essa evolução do imobilizado, que já representa 21,9% do total do ativo da Empresa reflete o esforço que esta dispendeu no sentido de implantar seus projetos de atendimento do Programa Nacional de Banda Larga e outros cuja natureza é considerada estratégica pelo Acionista Controlador.

- **Estrutura de Financiamento**

Pode-se afirmar que as alterações foram mais expressivas contribuindo para a melhoria qualitativa do patrimônio da Empresa.

O passivo circulante apresentou decréscimo de 72,9% no período em decorrência da incorporação de R\$ 300 milhões ao capital social da empresa e também pela reclassificação de passivos contingentes em função das avaliações efetuadas pela Gerência Jurídica nos processos em que a Telebras figura no polo passivo. Essas avaliações implicaram em mudanças expressivas no perfil das dívidas prováveis desses processos.

Além disso, houve a obtenção de resultado positivo da ordem de R\$ 40,7 milhões, que representam 152% do patrimônio líquido da Empresa apurado em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A estrutura patrimonial, suas principais alterações e índices de evolução podem ser visualizados na tabela a seguir.

Em milhões de Reais

Rubricas	Exercícios Findos em:							
	2012			2011			2010	
	Valor	AV %	Δ%	Valor	AV %	Δ%	Valor	AV %
Ativo Circulante	641,3	65,0	(8,9)	703,9	78,3	119,3	320,9	71,7
Ativo Não Circulante	345,5	35,0	77,4	194,7	21,7	54,3	126,2	28,3
Imobilizado	216,2	21,9	174,4	78,8	8,8	1.860,0	4,0	0,1
Ativo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0	100,9	447,1	100,0
Passivo Circulante	180,6	18,3	(72,9)	666,6	74,2	563,3	100,5	22,4
Passivo Não Circulante	543,7	55,1	75,4	310,0	34,5	(17,7)	376,4	84,2
Passivo Exigível	724,3	73,4	(25,8)	976,6	108,7	104,8	476,9	106,6
Patrimônio Líquido	262,5	26,6	436,5	(78,0)	(8,7)	161,7	(29,8)	(6,6)
Passivo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0	100,9	447,1	100,0

AV % = Participação percentual em relação ao agregado superior base 100%.

Δ% = Evolução % em relação ao ano anterior

Depreende-se da tabela acima que a estrutura patrimonial foi afetada de maneira positiva em termos de endividamento, uma vez que em 2011 o Passivo Exigível (Capitais de Terceiros) representava 108% do Ativo Total (Bens e Direitos) e em 2012 o mesmo passou a representar 73,4% do total do ativo, enquanto o Patrimônio Líquido (Direitos dos Sócios) passou a representar 26,6%.

Com a incorporação de recursos ao capital social ocorrida em 2012 o endividamento de curto prazo também caiu de forma expressiva e o passivo circulante que correspondia a 74,2% do ativo passou a representar 18,3%, implicando em melhores condições de liquidez.

Conclui-se então que as expressivas alterações verificadas tanto na estrutura de investimentos e aplicações, quanto na estrutura de financiamento continuarão a ocorrer em função do forte esforço para o direcionamento dos recursos disponíveis para investimento na rede nacional, até a sua consolidação.

- **Estrutura econômica**

Em milhões de Reais

Rubricas	Exercícios Findos em:					
	2012		2011		2010	
	Valor	AV %	Valor	AV %	Valor	AV %
Receitas Operacionais	64,3	158,0	9,5	19,8	27,2	195,7
Despesas Operacionais	(68,4)	(168,0)	(54,6)	(114,0)	(36,6)	(263,3)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(4,1)	(10,0)	(45,1)	(94,2)	(9,4)	(67,6)
Resultado Financeiro	44,8	110,0	(2,8)	(5,8)	(3,7)	(26,6)
Provisões Fiscais	-	-	-	-	(0,8)	(7,6)
Resultado do Exercício	40,7	100,0	(47,9)	100,0	(13,9)	100,0

Destaque para o lucro da ordem de R\$ 40,7 milhões verificado em 2012, contra prejuízo de R\$ 47,9 milhões de 2011. Referido resultado é representado em mais de 100% pelas receitas financeiras auferidas no

período, fruto da adoção de uma política mais agressiva adotada observando o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que estabelece a legislação específica, aplicável as empresas estatais.

O resultado obtido representa 17% do Patrimônio Líquido apurado ao final do exercício traduzindo-se em boa rentabilidade para os capitais próprios.

Cumpra destacar ainda que o resultado apurado não será objeto de distribuição aos acionistas, mas será integralmente utilizado para amortizar os prejuízos acumulados apurados em exercícios anteriores, como forma de fortalecer o patrimônio da empresa e dos investidores.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social. A Empresa é uma Sociedade de Economia Mista, cujo acionista controlador é o Governo Federal. Em processo de cisão parcial ocorrido em 1998, não houve o resgate de seus valores mobiliários, que continuaram sendo negociados no mercado de balcão das principais Bolsas de Valores do País.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 719,5 milhões. Está representado por ações ordinárias e ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurado prioridade no recebimento de dividendos de acordo com o estatuto social da Companhia. Não há possibilidade de resgate de ações, exceto nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o resgate far-se-á pelo seu valor econômico a ser calculado à época com base na cotação média.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes é mais que suficiente para a cobertura dos compromissos de curto prazo assumidos uma vez só esse grupo representa 219% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa, e ainda gera receitas financeiras que garantem o financiamento de grande parte das atividades operacionais e de investimentos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No exercício de 2012, a TELEBRÁS contou como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos em ativos operacionais, com recursos provenientes do Acionista Controlador (União), para futuros aumentos do Capital Social da Empresa, acrescidos da

receita financeira originária da aplicação financeira dos excedentes desses recursos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa conta com recursos já disponíveis aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já compromissados e a comprometer, conforme descrito na alínea “d”.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

RUBRICAS	2012		2011		2010	
	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	Part. %
DISPONIBILIDADES	577,1	90,0	635,3	90,3	280,2	87,3
OUTRAS CONTAS A RECEBER	64,2	10,0	68,6	9,7	40,6	12,7
ATIVO CIRCULANTE	641,3	100,0	703,9	100,0	320,8	100,0
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRAB.	8,9	1,4	7,6	1,0	7,4	2,3
FORNECEDORES	75,7	11,8	44,6	6,3	1,8	0,5
CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	17,5	2,7	254,5	36,2	32,7	10,2
OUTROS PASSIVOS	78,5	12,2	359,9	51,1	58,6	18,2
PASSIVO CIRCULANTE	180,6	28,2	666,6	94,7	100,5	31,3
LIQUIDEZ CORRENTE	R\$ 3,55		R\$ 1,06		R\$ 3,19	

Os passivos circulantes da Empresa passaram em 2012 a representar 28% do volume de recursos mantidos no ativo circulante, em que as disponibilidades para uso imediato representam 90%. Portanto, as dívidas de natureza eminentemente operacional não comprometem a solvabilidade. A dívida maior está representada por passivos contingentes, cujo desfecho depende ainda de decisões judiciais, que podem variar para mais ou para menos. Contudo, a administração entende que o nível de provisões é adequado.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Pelo fato de a Empresa estar se capitalizando com o aporte de recursos do acionista controlador, não tem se utilizado de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica, de acordo com o descrito no item “i”;

iii. grau de subordinação entre as dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	DESCRIÇÃO	2012	2011	2010
	PASSIVO CIRCULANTE	180.626	666.560	100.480
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	543.679	310.016	376.451
	PASSIVO EXIGÍVEL	724.305	977.176	476.931

A distribuição da dívida total indica que 25% em 2012 concentram-se no passivo circulante, ante 68% de 2011. Tal alteração de subordinação decorre do fato de que em decorrência do processo de avaliação permanente dos passivos contingentes, parte expressiva da dívida de longo prazo foi transferida para o passivo circulante de companhia alterando significativamente o grau de subordinação. Além disso, ocorreu em 2012 transferência de R\$ 300 milhões para o capital integralizado, provocando a redução sensível da dívida da Empresa.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente não há estabelecimento de limites para o endividamento da Empresa. Contudo, o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites para a captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. As operações financeiras são analisadas com base na relação custo/benefício (alavancagem financeira).

Distribuição de Dividendos: A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se houver ainda saldos remanescentes, que permitam distribuições os mesmos são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do Estatuto Social a Administração propõe que o lucro apurado no exercício de 2012 seja utilizado integralmente para abater prejuízos acumulados apurados em exercícios anteriores.

Alienação de ativos: Deve ser feita com base no que determina a Lei 8.666, aplicável a todas as entidades e empresas do setor público federal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais **Emissão de novos valores mobiliários:** A Companhia segue as determinações do estatuto social em seus artigos 8º, 9º e 10º e orientação do acionista controlador, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Alienação de Controle Acionário: O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades o item não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ressaltamos inicialmente que houve alteração nas Demonstrações Contábeis de 2011, em função de Determinação da CVM, de forma a reclassificar os Recursos para Aumento do Capital Social para as contas do passivo exigível.

São evidenciadas a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras, com base na comparação dos exercícios 2012/2011:

Rubricas	2012			2011	
	Valor	%	Δ%	Valor	%
Caixa e Equivalentes	577,1	58,5	-9,2	635,3	70,7
Tributos a Recuperar	28,6	2,9	-16,9	34,4	3,8
Depósitos Judiciais	23,6	2,4	-14,1	27,5	3,1
Outros Valores	12,0	1,2	79,1	6,7	0,7
Ativo Circulante	641,3	65,0	-8,9	703,9	78,3
Realizável a Longo Prazo	128,3	13,0	10,7	115,9	12,9
Ativo Permanente	217,2	22,0	175,6	78,8	8,8
Ativo Não Circulante	345,5	35,0	77,5	194,7	21,7
Ativo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0
Obrigações Sociais e Trab.	8,7	0,1	12,9	7,7	0,1
Fornecedores	75,7	7,7	69,7	44,6	5,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais					
Recursos Capitalizáveis	-	-	-100,0	300,0	45,0
Provisões	29,4	3,0	-88,5	254,5	38,2
Outros Valores	66,8	6,8	11,7	59,8	9,0
Passivo Circulante	180,6	18,4	-72,9	666,6	74,2
Recursos Capitalizáveis	164,3	16,6	40,8	116,7	12,9
Contingências e outros	379,4	38,4	96,3	193,3	21,5
Exigível a Longo Prazo	543,7	55,0	75,3	310,0	34,5
Capital Realizado	719,4	72,9	71,5	419,5	46,7
Resultado Acumulado	-456,3	-46,2	8,2	-497,1	-55,3
Outros Valores	-0,6	-	-	-0,4	-
Patrimônio Líquido	262,5	26,6	436,5	-78,0	-8,7
Passivo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0

% Participação em relação ao agregado superior

Δ% Evolução em relação ao ano anterior

Ativo Circulante

Disponibilidades: Redução de 9,2% em função de menor volume de ingressos de recursos para aumento de capital e maior dispêndios com investimentos de expansão.

Tributos a Recuperar: Redução da ordem de 16,9% em função de a empresa utilizar saldos de impostos a recuperar para liquidar tributos apurados, inclusive quando por meio de retenções de empregados e fornecedores de materiais e serviços.

Depósitos Judiciais: Redução de 14,1 em função de liberações autorizadas pelo poder judiciário em liquidação de ações judiciais movidas contra a Telebras.

Outros ativos circulantes: Aumento de 79,1% em função do crescimento do faturamento da empresa e também pelo registro maior volume de valores a receber da Anatel em função da constituição de provisão para o programa de incentivo por serviços prestados – PISP.

Ativo não Circulante:

Realizável a Longo Prazo: Aumento da ordem de 10,7% em função do registro de saldo a recuperar de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações em volume mais elevado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado: Em função dos investimentos realizados apresentou evolução de 175,6% no exercício de 2012.

Passivo Circulante

Fornecedores: Também apresentou forte variação em função das compras de imobilizado ainda não pagas no valor de R\$ 75,7 milhões, responsáveis pela evolução verificada no saldo.

Recursos Capitalizáveis: Apresentou decréscimo de 100% em função de sua incorporação ao capital social da Telebras.

Contingências Passivas (Provisões): Após a conclusão parcial das avaliações dos processos pela área jurídica da empresa houve a transferência de expressivo volume para o passivo de longo prazo, além da reversão de provisões constituídas em períodos anteriores.

Patrimônio Líquido: Apresentou forte devido ao aumento de R\$ 300 milhões ocorrido no capital social e também pela apuração de lucros, que reduziram o os prejuízos acumulados em 8,2%

Resultado do Exercício

Em 2012 houve apuração de resultado positivo da ordem de R\$ 40,8 milhões oriundos de reversões de provisões de passivos contingentes e de maior volume de receitas financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****10.2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:***a. resultados das operações da Companhia.*

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2012		2011		2010	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais	64,3	158,0	9.5	19,9	27.2	196,5
Despesas Operacionais	-68,4	-168,0	-54.6	114,0	-36.6	-264,3
Resultado antes do Resultado Financeiro	-4,1	-10,0	-45.1	-94,1	-9.4	-67,8
Resultado Financeiro	44,8	110,0	-2.8	-5,9	-3.7	-26,4
Provisão para Imp. de Renda e CSLL	-		0	0	-0,8	-5,8
Resultado do Exercício	40,7	100,0	(47.9)	100,0	(13.9)	100,0

As receitas operacionais da Telebrás apresentaram acréscimo de 576,8% no exercício. Tal variação decorre do fato de que o volume de reversões de provisões no período foi bem superior ao volume de 2011. As despesas operacionais cresceram de forma expressiva (25%), uma vez que a empresa já incorre em gastos com utilização de infraestrutura de terceiros e aluguéis de terrenos, postes e outros.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os ativos da Empresa referentes a tributos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil, são indexados pela taxa SELIC. Em 2012 as receitas decorrentes dessa indexação foram da ordem de R\$ 3,5 milhões, portanto inferiores às de 2011 (R\$ 5,3) em função da queda verificada nessa taxa.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os adiantamentos para aumento de capital recebidos do acionista controlador e registrados no Patrimônio Líquido são atualizados pela taxa SELIC, por determinação legal. A indexação desse passivo gerou uma despesa financeira de R\$ 26,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***10.3 – EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS******10.3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:******a) introdução ou alienação de segmento operacional***

A autorização legal não contempla novos segmentos operacionais, já que a Telebras é concessionária de serviços públicos. A Telebras é permissionária de serviços de comunicação multimídia – SCM.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2012, a TELEBRAS, juntamente com a EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A., decidiu constituir empresa, em atenção a uma demanda de governo, mais especificamente dos Ministérios da Comunicação, Ciência e Tecnologia e da Defesa, cujos objetivos principais serão, dentre outros, maximizar a absorção e transferência de tecnologia dos segmentos espacial e terrestre pelo parque industrial aeroespacial nacional, a partir de projetos de construção de satélites; garantir, a partir destes projetos, a permanência de conhecimento tecnológico dentro do país, em mãos de empresas brasileiras; e ter a capacidade de entrega de um satélite que atenda as necessidades do Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

Referida Empresa foi criada em 28 de maio de 2012 com capital inicial de R\$ 10 milhões, cabendo à Telebras uma participação de 49%. Por Acordo de Acionistas firmado entre as empresas ficou acertado que, no mês de julho, os acionistas da recém-criada empresa integralizariam 30% do total do capital subscrito, tendo a Telebras integralizado a sua parte no valor de R\$ 1.470 mil naquele mês. A empresa se encontra ainda em fase pré-operacional não contando ainda com qualquer tipo de operação que possa implicar em ganhos. A partir daí, a Telebras passou a calcular as perdas apuradas nesta operação utilizando-se o método de equivalência patrimonial e registrando as variações ocorridas neste ativo contra as contas do resultado.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve a realização de operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases
10.4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:*a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2012.*

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores (Leis nº 11.638/2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009), nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e foram examinadas por auditores independentes.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas em 2012.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2010 e 2011 e 2012.

Não houve efeitos significativos para a Empresa conforme mencionado no item “a”.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2012:

10. Comentários e ênfases

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 142.045 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 32.838 mil relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 129.704 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 9.1, a TELEBRÁS efetuou o pagamento de R\$ 1.470 mil, em 18/07/2012, referentes a 30% (trinta por cento) inicial para integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$ 4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2012, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.099 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$ 371 mil foi reconhecida no resultado. As Demonstrações Contábeis da coligada estão sendo auditadas por outros auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela TELEBRÁS, Anatel e grupo de empregados da TELEBRÁS, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº 9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012. No referido acórdão os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa. A Diretoria Executiva da TELEBRÁS, ao analisar a citada decisão juntamente com a Gerência Jurídica, interpôs embargos de declaração ao referido acórdão, em 19 de dezembro de 2012, solicitando os esclarecimentos necessários, a fim de se dissiparem todas as dúvidas quanto aos direitos dos empregados da TELEBRÁS, cedidos ou não. A TELEBRÁS encontra-se aguardando o pronunciamento do TCU sobre o assunto. A Diretoria da TELEBRÁS, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a i) ratificação da extinção do PISP, ocorrida em 16/09/2011, ii) o pagamento das verbas decorrentes do PISP aos empregados que fizeram a opção entre novembro de 2010 e abril de 2011, e iii) acordo judicial com o autor da reclamatória trabalhista impetrada por um dos beneficiários do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013. Tendo em vista as decisões

10. Comentários dos diretores

10.4 Mudanças práticas contábeis e ressalvas em fases

Ativos mencionados em 10.21/12/2012 as TELEBRÁS com previsão de R\$ 11.843 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o saldo de R\$ 164.260 mil em 31 de dezembro de 2012, corrigido pela taxa selic e classificado no passivo não circulante será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$ 419.455 mil para R\$ 719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego

Conforme a nota explicativa nº 20, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em andamento, conforme dados registrados na Ata da 369ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da TELEBRÁS, de 19 de dezembro de 2012, tendo em vista o surgimento de uma decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Agravo de Instrumento nº 5020149-60.2012.404.0000/SC em 13 de dezembro de 2012 que suspendeu “qualquer ato de transferência de valores do Plano PBS-A para as patrocinadoras do Plano de Benefícios da Fundação Sistel”. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Evento subsequente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, em 21 de dezembro o Ministério das Comunicações informou à TELEBRÁS, por meio do Ofício nº 1192/12, a abertura de crédito em favor da Empresa no montante de R\$ 101.962 mil, relativos a dotações orçamentárias para cobertura das despesas da Empresa com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo 2014. Informou ainda que estaria repassando à TELEBRÁS ainda em 2012 a importância de R\$ 52.000 mil. Ocorre, porém, que os recursos foram repassados à TELEBRÁS em 15 de janeiro de 2013, no valor de R\$ 52.039 mil e serão registrados como Adiantamento Para Futuro Aumento do Capital Social. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 49.923 mil será repassado no decorrer do exercício. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

10. Comentários dos diretores / 10.4 Mudanças práticas com Ressalvas e Ênfases

Examinamos também a demonstração de valores adicionados (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Serão inseridos após a entrega do relatório dos auditores independentes.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2011:

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 – Tributos a Recuperar, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 145.600 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 7.321 mil relativos a débitos tributários referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidentes sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 125.640 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 11 – Programa de indenização por serviços prestados (PISP), em 2011, a TELEBRÁS cumpriu determinação do ofício do Tribunal de Contas da União - TCU dando ciência do Acórdão n.º 6767/2011 de 23/08/2011 que determinou "o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adotasse providências com vistas a extinguir o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, determinando que, a partir da ciência da presente deliberação, abstenha-se de admitir novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa" e do Ofício n.º 91/2011 de 09/09/2011, da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, o qual solicitou à TELEBRÁS que, em virtude das determinações do acórdão emanado pelo TCU, tome todas as medidas necessárias para extinguir imediatamente o PISP. Assim, face à determinação do TCU e do Ministério das Comunicações, a direção da empresa declarou extinto o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, onde ficaram vedadas novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa. O assunto encontra-se em análise no TCU, devido à interposição de Recurso por parte da TELEBRÁS. Tendo em vista a extinção do PISP foi realizada a reversão da provisão em 2011, no valor restante de R\$ 8.712. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 – Recursos Capitalizáveis, o saldo de R\$ 416.671 em 31/12/2011 corresponde a aporte da União para a subscrição e integralização de capital, corrigidos pela taxa selic. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO.

10. Comentários de queques e/ou mudanças práticas cont. Reservas e ênfases
Em função de queques e/ou mudanças práticas cont. Reservas e ênfases, em 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata 131ª de 07/02/2012 da TELEBRÁS o valor de R\$ 300 milhões a ser incorporado ao capital na próxima A.G.E. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 20 – Planos de benefícios pós-emprego, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em análise na PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5- Políticas contábeis críticas
10.5- POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOPTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Segue abaixo o entendimento da Diretoria da Companhia com relação às suas práticas contábeis.

◦ **Disponibilidades**

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extra mercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

◦ **Tributos a recuperar**

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade a saldos do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

◦ **Imposto de renda e contribuição social**

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em função de

10. **Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**
suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

◦ **Ativos realizáveis - Créditos**

Representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

◦ **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:**

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

◦ **Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

◦ **Provisões e obrigações trabalhistas**

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

◦ **Provisões para contingências**

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço.

◦ **Planos de benefícios pós-emprego**

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

◦ **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

10. **Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

○ **Apuração do resultado**
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

○ **Receitas (despesas) financeiras**

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

○ **Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações**

O prejuízo e o VPA por ação foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial.

○ **Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, constituída para o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)” e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências e, trimestralmente, as demais provisões.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR****10.6. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:**

a – Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

A Telebras adquiriu e está implantando um sistema de Gestão Integrada – SGI, que implicará na maior automação de seus processos, rotinas e procedimentos, dando maior confiabilidade aos controle internos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A companhia mantém um processo de acompanhamento e tratamento das recomendações objeto da carta de controles internos emitida pelo auditor independente.

O documento relativo a 2012 sobre deficiências que possam comprometer o ambiente de controle e/ou a confiabilidade das demonstrações financeiras está sendo elaborado e as ações de correção serão implementadas, a fim de mitigar os riscos e eliminar danos ao seu patrimônio.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados***10.7 – DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS******10.7. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:***

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios***10.8 – ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS******10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante***10.9 – COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS******10.9. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:***

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.